



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 060/12**

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural do Povo do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 15 de novembro.

**Art. 1º** Fica instituído o Dia Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural do Povo do Paraná, que tem por objetivo colocar à disposição da comunidade a exposição do patrimônio para que seja observado, preservado e enriquecido; a ser comemorado anualmente no dia 15 de novembro.

**Art. 2º** A Secretaria do Turismo e a Secretaria da Cultura ficarão responsáveis pela realização de ações comemorativas alusivas à tal celebração, quais sejam:

I – abertura de prédios governamentais, museus, teatros, tribunais, casas legislativas, universidades e bibliotecas no feriado de 15 de novembro para visitação pública;

II – divulgação das músicas tradicionais dos povos colonizadores do Estado do Paraná e hinos do Estado e dos Municípios nos locais e visitação.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março 2013.

ALEXANDRE CURTI  
Presidente

Relator



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 26 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº 593 DE 2012**

**SÚMULA:** Institui a Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais no Estado do Paraná e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica instituída a Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais no Estado do Paraná, a ser comemorada, anualmente, na semana que inclui o dia 04 de Outubro (Dia Internacional do Animal).

**Art. 2º** A Comemoração instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 3º** - Durante a referida semana, o Estado, através dos Poderes Executivo e Legislativo, promoverá eventos, palestras, campanhas e aulas, com objetivo de gerar reflexão, agilização, comemoração e conscientização acerca dos direitos dos animais.

**Parágrafo único.** Caso haja interesse, o Estado poderá fazer parceria com a iniciativa privada para promover tais comemorações.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2012.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**JUSTIFICATIVA**

Este projeto tem como objetivo instituir a Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais no Estado do Paraná, a ser comemorada, anualmente, na semana que inclui o dia 04 de Outubro – Dia Internacional do Animal.

A proteção aos animais encontra fundamento jurídico na Constituição Federal em seu artigo 225 parágrafo 1º, inciso VII, o qual reza que incumbe o Poder Público "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade."

O objetivo prioritário do presente projeto é propiciar maior consciência acerca do assunto. Ensinar e conscientizar a população paranaense a respeitar outras formas de vida, alertando sobre Leis que consideram crime os atos de crueldade e maus tratos cometidos contra os animais domésticos, domesticados ou não, contribui para a formação de uma população mais atuante, consciente, responsável e solidária. Devemos retratar a triste realidade animal dentro do país, as formas de maus tratos e crueldades cometidas contra esses seres vivos, como forma de difundir o tema dentro da sociedade.

O direito dos animais vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil e no mundo e essa luta não poderá ser cessada até que todos os seres vivos tenham sua dignidade respeitada, dispondo do direito de viver livre de maus-tratos e de sofrimentos. Não há fundamento para que os animais sejam submetidos a situações degradantes e desumanas, seja em nome de um falso controle de população, em nome da ciência, de questões alimentícias ou de qualquer outra coisa. É preciso que sejam tomadas atitudes urgentes no sentido de proteger aqueles que não podem se defender sozinhos.

O projeto pretende, por meio de instrumento legal, proteger os direitos dos animais, bem como conscientizar a população acerca destes direitos.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 593/2012**

Projeto de Lei nº. 593/2012

Autora: Deputado Estadual Anibelli Neto

**Súmula:** Institui a "Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais", no Estado do Paraná e dá outras providências.

**EMENTA:** INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS, NO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTIGO 225, § 1º, VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 270, § 1º, XIV DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 95/98 QUE DISPOE SOBRE TECNICA LEGISLATIVA. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

Concedido vista

Em 05/03/2013

Tadeu Juneri

CCJ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli Neto, tem por objetivo instituir a "Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais" no Estado do Paraná, e dá outras providências.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe à Comissão de  
Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 225, § 1º, VII, que *incube ao poder público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, senão vejamos:*

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Na mesma esteira, estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 270, § 1º, XIV, que *cabe ao poder público proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, senão vejamos:*

**Art. 207.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º. Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade;

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora proposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



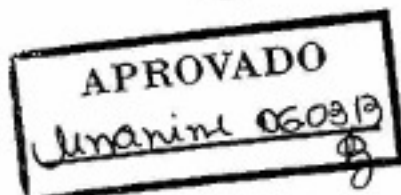
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

*de março*

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
Relator

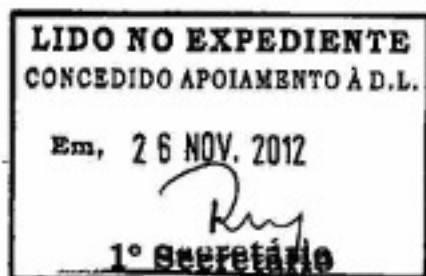




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Andre Bueno*



**PROJETO DE LEI Nº 595 /2012**

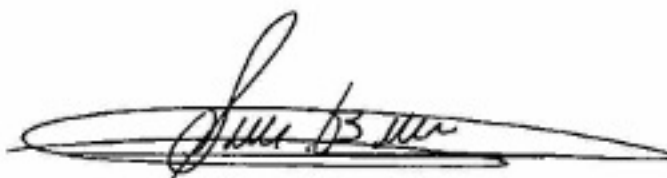


**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a  
**Associação dos Criadores de Ovinos  
e Caprinos do Oeste do Paraná.**

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a **Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná**, com sede e foro no Município de Cascavel.

**Art. 2º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2012

  
**ANDRE BUENO**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



**JUSTIFICATIVA**

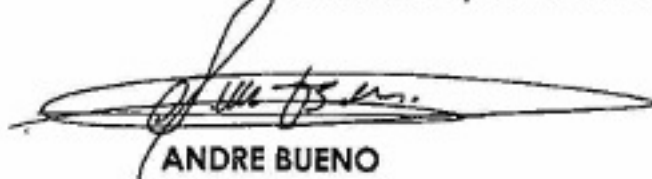
A **Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná** é uma associação de natureza civil, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, sem cunho político ou partidário, com sede e foro no município de Cascavel.

A Entidade tem por objetivo congregar criadores, técnicos e interessados no desenvolvimento, aprimoramento e divulgação das raças ovinas e caprinas, na área de atuação da associação e outros locais, fomentar o desenvolvimento dos rebanhos, intensificando a exploração do criatório de ovinos e caprinos em suas raças, colaborando com os Poderes Públicos em todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento da pecuária, ovina e caprina.

Visando estes objetivos a **Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná**, vai desempenhar atribuições que lhe forem delegadas pelo poder público, estabelecer convênios com outras agremiações na área de sua atuação, promover ou facilitar a importação e exportação de produtores, matrizes, sêmen e embriões além de orientar a seleção dos exemplares das raças para aprimoramento zootécnico.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública a **Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná**, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2012

  
**ANDRE BUENO**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 595/12**

Projeto de Lei nº. 595/12

Autor: Deputado Estadual André Bueno

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE OVINOS E CAPRINOS DO OESTE DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Cascavel.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual André Bueno, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE OVINOS E CAPRINOS DO OESTE DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica do direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II -- que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.


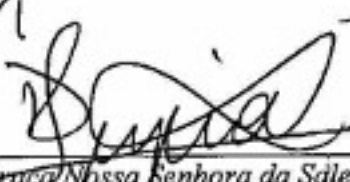
**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de março de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

*unanimosamente*  
05.03